

Eixo temático: Organização e gestão da educação básica e superior (2)

Categoria: Trabalho completo

PROCESSOS OU PRODUTOS? DILEMAS DA PESQUISA E FORMAÇÃO ACADEMICA NA PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA EM EDUCAÇÃO

Evandro Dotto Dias
Universidade Federal de Santa Maria
Santa Maria, RS, Brasil

Rodrigo Roratto
Universidade Federal de Santa Maria
Santa Maria, RS, Brasil

Agência Financiadora: não contou com financiamento

RESUMO

Este trabalho busca questionar os objetivos da Pós Graduação Brasileira em relação ao seu resultado final, ou seja, o produto que se espera das investigações científicas pelo Estado e suas políticas. As metas propostas pelo Plano Nacional de Pós Graduação - PNPG (2010), e orientadas pela avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), órgão este que regula e fomenta os Programas de Pós Graduação das Instituições de Ensino Superior determinam a preponderância economicista de produção de resultados em detrimento da formação social crítica do sujeito e da consciência-de-si. Dentro desta discussão de resultados e a sua significação, salta aos olhos a característica técnica destes, na qual a ação instrumental se sobressai à ação comunicativa, reificando pesquisadores e educadores à função de produtividade e atendimento de demanda de mercado. A opinião dos educadores independentemente de seu forte embasamento, parece não sensibilizar e penetrar efetivamente no tecido político com força suficiente e como fator determinante para as Políticas Públicas de investimento em uma ação efetiva de formação e transformação da sociedade. Para tanto, neste texto vamos buscar dentro de uma visão hermenêutica, relacionar as formulações destes índices de avaliação e suas *tendências*, para entendermos as relações e possíveis rumos da pesquisa em Educação dentro do contexto atual, proporcionando uma análise crítica do sistema avaliativo do Ministério da Educação (MEC), que busca analisar estes indicadores de resultado através do olhar do sistema CAPES de produção científica e produtividade.

Palavras-Chave: Avaliação, Produção Acadêmica, Formação.

1- INTRODUÇÃO

Os objetivos do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPGP, 2010) através da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que regula e fomenta os Pro-

gramas de Pós-Graduação das Instituições de Ensino Superior (IES), têm sido utilizados repetidamente como indicadores de resultado do sistema de avaliação do Ministério da Educação (MEC). Dentro de uma visão filosófica e um processo reflexivo podemos questionar, por que ao invés do sistema CAPES avaliar *qualisadamente* quem publica mais, não avalia o programa ou docente que colabora mais, desviando das metas puramente econômicas e focando a formação do sujeito na educação e sua inserção social? A priorização do produto como resultado acadêmico para uma inserção no mercado enfraquece o processo de pesquisa como um todo, ou seja, um possível formador e transformador da realidade social brasileira.

Diante desse mote, torna-se evidente elucidar qual o significado de resultado para as avaliações de Estado e o controle deste através dos objetivos da pesquisa em programas de pós-graduação no Brasil, ou, o que se está focando como tal. A importância avaliativa dos processos de desenvolvimento da pesquisa acadêmica é relevada ao segundo plano, também na área da educação, onde o que importa na sua avaliação é o produto final.

Na visão de Dias e Rorato (2014, p.195) a pesquisa acadêmica atualmente se caracteriza em uma alavanca operacional para o desenvolvimento econômico do Estado, neste contexto, conduz a crítica do docente-pesquisador aos seguintes questionamentos:

A academia, um lugar de formação e transformação voltado para a constituição do sujeito como agente de mudança social e elevação cultural, ou mais uma ferramenta estratégica da economia? Será que há uma inversão de papéis, em relação à educação acadêmica a serviço da economia, portanto, um produto e resultado da incessante busca de inovação?

Na avaliação CAPES e nos objetivos do PNPG (2010) o possível “lucro acadêmico”, ou o resultado, para o docente e conseqüentemente as IES, é o seu *status* e impacto de publicação com seu peso *qualisado*. Este foco pode causar um efeito não desejado, dentro da visão da formação e da educação e muito desejado na iniciativa privada, que é o da *livre concorrência acadêmica* (competição acadêmica).

O desenvolvimento real (não somente estatístico) da sociedade e a educação brasileira recebem tamanho planejamento e incentivo por parte do Estado em suas políticas? Podemos enquanto pesquisadores, não somente da área da educação, sermos avaliados por uma pesquisa de inserção e desenvolvimento social em detrimento da produção *qualisada*?

A intencionalidade da pesquisa acadêmica pode trazer novos rumos para os problemas sociais que maculam o potencial do país, dirigindo-o para a demonstração econômico-estatística, retirando o sentido (o vir-a-ser hegeliano) e sua efetividade no bem-estar da sociedade brasileira como um todo. Trabalhando especificamente dentro da visão epistemológica dos objetivos da Pós Graduação brasileira, há uma variável nesta atual balança do conhecimento acadêmico que fica como pano de fundo, intrínseco a este sistema; que é a questão do período de tempo que o artigo ou livro tem validade para a avaliação CAPES; o triênio.

Teremos de tornar nosso produto acadêmico sejam eles artigos, livros ou mão de obra, atrativos para a visão global-economicista do mercado acadêmico-empresarial? Portanto, o que estamos induzidos a produzir é a única forma de resultado aceito pelo órgão regulador, na pes-

quisa como produto e produtividade, dentro da instrumentalização dos objetivos da Pós Graduação brasileira em relação ao mercado? Representa, de fato, a concretização do conhecimento acadêmico como universal (universidade), ou, a individualidade de atendimento de demanda específica?

O papel da educação como motor da economia deve também ser levado em conta. Entretanto, a economia não pode se desbordar na economização da vida humana, ou seja, não pode ser tomada como o centro do desenvolvimento civilizacional, não pode ser a referência central e primordial dos valores da vida pessoal e social. Da mesma forma, a avaliação não deve ser instrumento dessa funcionalização economicista, (DIAS SOBRI-NHO, 2004, p.709).

A determinação desta individualização econômica de objetivos da produção acadêmica, resultante em publicações científicas e da formação de especialistas para a indústria, pode, através do foco do produto como resultado e não o processo de construção do sujeito, distanciar a formação universal da massa crítica em detrimento, somente, de mão de obra relativa à inserção no mundo do trabalho.

Dentro deste texto, a discussão será desenvolvida através do questionamento *do que* está sendo avaliado e cobrado como resultado pela avaliação através da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e seus objetivos em relação à pesquisa, produção acadêmica e produto. Como mote norteador, aparece o problema contextualizado no título, que busca o questionamento do sentido da pesquisa científica brasileira através do olhar da hermenêutica, algumas considerações em relação às investigações em outras áreas de conhecimento, com a indução as metas econômicas.

Neste sistema de produtividade acadêmica da pesquisa nos Programas de Pós-Graduação, a CAPES organiza o sistema de *status* e *ranqueamento*, através das publicações científicas e a sua pontuação dentro do *Qualis* em áreas de conhecimento e a atribuição de conceitos para os grupos avaliados. O sentido da pesquisa acadêmica como trata o texto, é homogeneizado dentro de uma visão técnica instrumental e reducionista de seus objetivos, refém das visões quantitativo-avaliativas, pode ser definido como “resultado”.

Então, este sistema de *ranqueamento* dos programas, classificação de periódicos e livros, está possivelmente conduzindo ou induzindo não só a área da educação, mas todas as outras áreas de conhecimento a um processo muito conhecido na iniciativa privada, a “livre concorrência”. Teríamos então a indução da constituição do mercado acadêmico e a conseqüente livre concorrência acadêmica? Esta tendência poderia estar caracterizada na academia através da disputa de projetos, bolsas, receitas e incentivos em algumas áreas de interesse do mercado, preponderantemente econômico, em detrimento de outras não tão visíveis mercadologicamente?

Algumas características do impacto deste fator de competitividade (inter - intra) acadêmica, pode ser observado em todas as áreas que estão voltadas, necessariamente, para o processo de produção industrial acadêmica, tendo a mão de obra especializada ou o artigo (ou livro), como o produto e resultado acadêmico, aceito, avaliado e justificado. Esta tendência econômica das políticas de Pós-Graduação pode estar sendo incentivada como objetivo principal

para o conhecimento acadêmico ser produzido em escala industrial? Após a produção da mão de obra e artigos e livros acadêmicos, o mercado, realmente, absorveria este conhecimento ou esta mão de obra? A “padronização acadêmica”, necessária para a avaliação sistemática, seria mais um resultado desejado pelas políticas públicas concretizadas no PNPG (2010)?

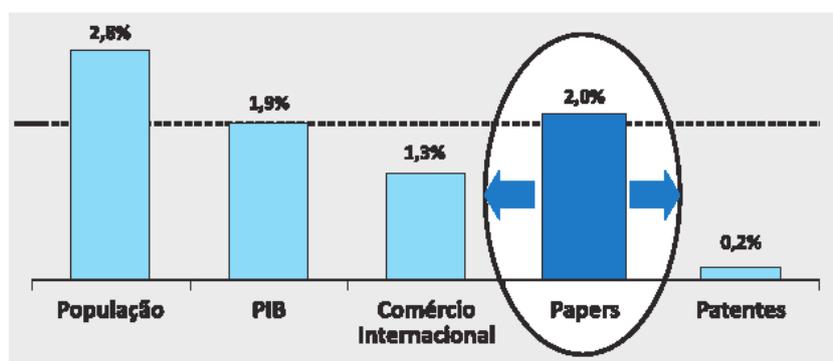
Dentro deste aspecto todos os programas atenderiam o mercado em prol da inovação, e nela, o problema da produção, consumo e ao final do processo, o pressuposto descarte, finalizando o “processo capital acadêmico”.

Mas em outra ótica de dimensionamento social, para a educação dentro de uma visão filosófica hegeliana em relação à formação do sujeito e da sociedade, esta posição economicista seria o ideal, o desejado, ou seria, o “adequado” ou justificado? A necessária rapidez e produtividade que o atual modelo de avaliação (CAPES) dita aos pesquisadores, os preocupa, e pode conduzir em alguns momentos, a um prejuízo no aprofundamento das questões e discussões, tanto na área da Educação como nas demais áreas de conhecimento, prejudicando o processo de pesquisa acadêmico e tornando o resultado desta, potencialmente superficial, por falta de tempo para o aprendizado do conteúdo em si e sua significância.

Ao relacionar o Brasil com o mundo, os indicadores no PNPG (2010) apresentam uma relativização em relação à pesquisa e produção acadêmica e seu fator de desenvolvimento econômico. Devemos ressaltar que os royalties (patentes) são indicadores necessários dentro do aspecto globalizado da economia mundial, mas somente este aspecto não justifica, ou não deveria o foco exacerbado de índices e *status* acadêmicos relacionados com justificações preponderantemente economicistas, utilizando a pesquisa como motor do desenvolvimento do país em detrimento da formação do sujeito, do cidadão da sociedade como um todo.

Os indicadores demonstram também que o país possui 2,8% (dois vírgula oito por cento) da população mundial, 1,9 (um vírgula nove por cento) do Produto Interno Bruto (PIB), 1,3% (um vírgula três por cento) do Comércio Internacional e 0,2 (zero vírgula dois por cento) em registro de patentes.

Quadro 1 - Indicadores do Brasil em relação ao mundo



Fonte: CAPES - Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020 (PNPG, 2010).

Poderemos, enquanto pesquisadores e educadores, sermos reificados pela visão progressista/positivista dos discursos de áreas técnicas instrumentais e criticamente abafados

pela visão técnica instrumental e reduzidos, do problema da educação no Brasil, e ainda, a coisificação do conhecimento acadêmico como produto mensurável e com prazo de validade, ou temporalidade, pré-estabelecido para seu descarte.

Para tanto, neste texto vamos buscar através da visão hermenêutica, relacionar as formulações destes índices de avaliação e suas tendências, para entendermos as relações e rumos da pesquisa em Educação dentro do contexto atual, proporcionando uma análise crítica ao sistema avaliativo do Ministério da Educação (MEC), que busca analisar estes indicadores através do olhar do sistema CAPES de produção científica.

O resultado obtido atualmente através de controle de objetivos e metas, na pesquisa acadêmica na Pós Graduação brasileira, representa a realidade, ou, a atual finalidade da academia como ferramenta econômica? O retorno para sociedade, que financia o sistema seria mais bem aplicado em projetos de formação no ensino, extensão e parcerias com as escolas? Teremos de buscar o questionamento, se como pesquisadores não estamos pela pressão de produtividade de indução estatal, produzindo somente produtos acadêmicos para atendimento dos requisitos necessários para a avaliação e *ranqueamento*.

Há qualidade ou quantidade, qualificação ou quantificação?

Podemos dentro de um mesmo modelo, comparar Instituições de várias regiões e identidades diferentes, de maneira probabilística dentro de um mesmo patamar de “objetividade”, ou seja, diferentes realidades alinhadas pelo ou para olhar do avaliador/regulador? Pode-nos enquanto pesquisadores ser cobrado este resultado pautado economicamente nestes moldes heterônomos tão infundados no sentido reificado da formação do sujeito e verdade, academicamente combatidos na área da educação e filosofia?

Para Habermas (2004, p.15) a racionalidade de um juízo não implica sua verdade, apenas a sua aceitabilidade fundamentada num contexto dado. A racionalidade epistêmica entrelaça-se com o uso da linguagem e do agir (*idem*).

Dentro de uma visão reduzida pode-se recortar a realidade da pesquisa na academia do contexto da educação no Brasil e aprisionar a pesquisa e nela o ser humano economicamente reificado e com ele uma infinidade de intenções dentro de um número representativo, em uma estatística ou levantamento para “justificar” o investimento dentro de uma tendência técnico-científica específica. O que justifica o investimento na pesquisa acadêmica, o resultado? E este qual seria? A formação? A qualidade? A economia?

Os investimentos dentro de um processo de criação de visão ampla e crítica do ser humano, que dentro do entendimento deste texto são as áreas da filosofia e da educação que as possibilitam, trazem realmente uma nova realidade, conceitos de resultado e qualidade que podem ter a influência de “resiliência geracional” (relativo às gerações), dentro da sociedade. Ou seja, “o todo”, quantitativo e qualitativo dentro de uma visão de alteridade e reconhecimento na avaliação dos objetivos e resultados da pesquisa acadêmica.

Como pode ser medido instrumentalmente um resultado tão complexo como a pesquisa acadêmica e seu impacto social, somente de maneira objetiva se ainda não podemos medir numericamente a intencionalidade do ser humano e a consciência-de-si? A fragmentação do

resultado dentro da visão científica, neste caso, não conseguirá representar “o todo”, mais particularmente, o ambiente social no qual o sujeito está inserido.

Dentro da realidade da Educação no país temos que assistir a degradação de escolas e o empobrecimento do professorado, que atualmente, não se concretiza em uma profissão atraente financeiramente, para aqueles que estão buscando ingressar no mercado de trabalho.

Nesse contexto, o presente texto tem como objetivo principal questionar os objetivos da Pós Graduação Brasileira em todas as áreas de conhecimento na relação ao seu resultado final, isto é, o produto buscado nas investigações científicas pelo Estado e suas políticas.

Assim, através de um olhar oriundo da área de filosofia e da educação pode-se entender o “sujeito como um todo” não apenas determiná-lo ou aprisioná-lo, simplesmente em um número, produto ou uma estatística. Como poderemos enquanto docentes conviver ou sobreviver em um processo de evolução na pesquisa acadêmica e de discussão crítica, se enquanto pesquisadores estamos envoltos dentro de um modelo de resultado, *ranqueamento* que por consequência, competitivo? Onde a competição acadêmica entre IES, cada vez mais acirrada, e entre os próprios pares pode nos levar? Ou seja, disputa inter-acadêmica e intra-acadêmica, em prol do desenvolvimento econômico, abrindo mão do desenvolvimento da coletividade e da construção de conhecimento colaborativo?

2- A competição por resultado *versus* construção colaborativa acadêmica

No momento em que estamos preocupados em competir por resultado, fica turva a visão da construção colaborativa e conseqüentemente não poderemos reconhecer pela disputa de espaço, que o “outro”, é o nosso colega pesquisador e que ao invés da competição por sobrevivência, pelo resultado, podemos colaborar:

Os pesquisadores, entretanto, têm poder, pois é do resultado de seu trabalho que depende a possibilidade de incremento da competitividade e ampliação de mais valia etc. É de perguntar-se o que resultaria se, coletivamente, os intelectuais convergissem e desenvolvessem estratégias para garantir o controle do processo e dos resultados do seu trabalho? Continuariam eles, e a universidade, tão heterônomos? (MACHADO; BIANCHETTI, 2011).

No paradigma atual de produtividade e avaliação, o foco do fomento está financiando as regiões e os programas mais desenvolvidos economicamente dentro de uma visão de constituição de produto acadêmico, e assim por consequência obtendo o maior retorno no ganho financeiro. Entraremos em um círculo vicioso ou em um *loop* interminável e indeterminável, e por que não dizer inadmissível do ponto de vista da filosofia e educação? Criaremos centros regionalizados e “velados” de excelência, financiados pela “livre concorrência acadêmica”, deixando de lado o desenvolvimento da formação do sujeito na pós-graduação no Brasil.

A pesquisa acadêmica, nas áreas de conhecimento pode ser tão politicamente determinada a ser excludente e discriminatória a este ponto com seus pares? Pode existir a colaboração

acadêmica em vez do corporativismo competitivo? O modelo de competição pode marginalizar algumas regiões na pesquisa da Pós Graduação no Brasil?

Seguindo a análise do corporativismo de mercado e sua inserção econômica da conquista do lucro, Habermas (2004, p. 118) diz que “no agir estratégico, não há busca do entendimento mútuo”. Os objetivos economicamente globalizados estão dentro da visão de um mundo competitivo, em que prepondera o interesse individual, seja este do programa ou do pesquisador e seu “nicho de mercado”, que proporciona cada vez mais o dimensionamento do “corporativo em detrimento do colaborativo”.

Quando na área econômica se determina um índice objetivo certamente esta está voltado para um interesse específico da sociedade e da necessidade humana que foi certamente justificado para defender a tese da atenção e investimentos, priorizando as áreas de atendimento de demanda de mercado em detrimento da formação. Portanto o que este texto coloca é que a Educação em ação conjunta com a Filosofia pode compreender o todo do envolvimento do “ser” e não somente uma parte da “coisa” ou objeto, não deixando de lado o objetivo ou subjetivo, ou ainda, realizando a dicotomia do qualitativo ou quantitativo.

A área da educação e da filosofia por suas características buscam em suas pesquisas a análise do ser humano como um todo, ou temas mais qualitativos e quantitativos buscando a construção do ser “deixando de lado” a fala dentro da objetividade pragmática e numérica para se aprofundar em questões amplas no sentido de formação cultural, até porque é impossível a sua determinação exata e mensuração como já foi discutido.

Para Habermas (2004), não há um mundo nem sujeito no mundo que são independentes de uma linguagem, e esta é a expressividade interpretativa do ser. Uma ação determinada de um sujeito depende diretamente de toda a compreensão do mundo e do seu “eu” próprio que possui. Esta perspectiva traz à teoria crítica da sociedade com base nos conceitos de razão comunicativa e comunidade ideal de comunicação.

A competição anunciada pelo modelo de avaliação CAPES restringe os objetivos docentes e da pesquisa em educação ao produtivismo acadêmico, e estes, a uma realidade de concorrência. O ambiente competitivo pode levar a proteção de espaço acadêmico por parte do docente ao extremo, e este, focar em situações que privilegiam a individualidade, dificultando ainda mais a união em torno do desenvolvimento da área de educação. Entre outras consequências que a competitividade acadêmica traz a “distração da atenção docente para as metas” e a utilização da justificação do *ranqueamento* CAPES para o enredamento, torna cada vez mais forte a teia da publicação voltada para objetivos de iniciativas privadas que engessam os discursos e conseqüentemente a voz docente crítica, em relação ao controle externo da pesquisa e produção da academia.

Segundo as séries históricas e previsões do PNPG, em relação ao número de docentes, é esperado o aumento destes na Pós-Graduação brasileira e conseqüentemente na pesquisa acadêmica. Isto possibilita ainda mais a indução de formação da mão de obra especializada acadêmica, desta vez, através das metas, regulação e fomento da academia, para produtos e demandas do mercado empresarial.

Tabela 1 - PNPG e as previsões para o número de docentes na pós-graduação (2010 a 2013).

Ano	LI	Previsão	LS
2010	56.070	59.946	63.821
2011	56.771	62.621	68.472
2012	57.672	65.297	72.921
2013	58.631	67.973	77.314

Fonte: CAPES - Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG, 2010) decênio 2011-2020.

Na tabela 1 estão explicitados os limites superiores e inferiores da previsão para o número de docentes na Pós Graduação Brasileira com dados previstos até o ano passado (2013), demonstrando assim a tendência de crescimento, e possivelmente, para tanto, a indução deste corpo para o desenvolvimento acadêmico-econômico de produtos, considerados estes, como resultado da pesquisa acadêmica e formação. Ao final deste tempo, estes, são retirados do mercado de avaliação acadêmica e deixam de ter importância avaliativa, sendo necessária uma “nova produção”. As produções publicadas anteriormente aos períodos deixam de ser relevantes para a avaliação?

Creio que dentro do olhar da economia ou mais precisamente na visão Schumpeteriana (1957) de inovação onde o novo ocupa o lugar do velho, é a que deve estar alinhada com este processo de avaliação.

3- O objetivo do “lucro acadêmico” como resultado: qual a possibilidade de nortear novos caminhos?

Em uma análise do que está acontecendo dentro da tríade pesquisa, publicação e resultado nas IES percebe-se que o objetivo da pesquisa está atrelado exclusivamente ao interesse do desenvolvimento econômico no PNPG (2010) e ao desenvolvimento industrial/empresarial no país, segundo esta produção acadêmica. Sendo a função da Pós Graduação no Brasil a responsável pela criação de mão de obra especializada e produtos inovadores, então os pesquisadores têm uma colocação estratégica dentro deste plano, com uma missão bem definida para o desenvolvimento de suas pesquisas e seus objetivos na economia do país: gerar inovações e com isto mais produto.

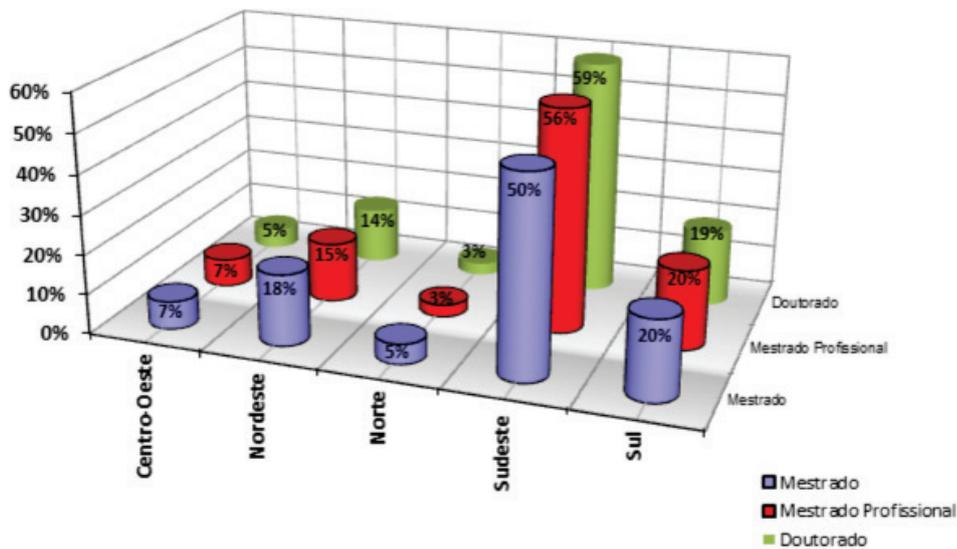
A Pós Graduação Brasileira em seus números comemora o aumento da produção acadêmica, demonstrando dentro do PNPG (2010, p. 229) os gráficos e números deste *ranqueamento*, onde se observa o aumento das publicações brasileiras e o número de artigos relativos à produção mundial, que no ano de 1985 eram de 0,47% (zero vírgula quarenta e sete por cento) e passaram a 2,27% (dois vírgula vinte e sete por cento), no ano de 2009. Isto colocou o Brasil na época deste levantamento na 13^o colocação mundial no número de artigos que foram publica-

dos, tomando por base os bancos de dados da ISI (*Institute for Scientific Information*) e Scopus à frente de países como Rússia e Holanda.

Os programas de Pós Graduação no Brasil estão distribuídos de maneira concentrada. Portanto, existe uma tendência nos grandes centros econômicos e nas regiões mais desenvolvidas economicamente da formação de “ilhas de produção acadêmica”.

Enquanto a região sudeste concentra em média mais de 50% (cinquenta por cento) dos cursos de mestrado, mestrado profissionalizante e doutorado no Brasil, a região norte possui menos de 5% (cinco por cento) dos programas, conforme ilustrado na figura 2.

Figura 1 - PNPG e a distribuição de cursos por nível (2009) - Referência do artigo às ilhas de concentração da produção acadêmica, segundo a distribuição de cursos de mestrado, mestrado profissionalizante e doutorado no território brasileiro.



Fonte: Estatísticas do PNPG (2010) da CAPES/MEC (Adaptado pelo autor).

Podemos fazer uma alusão às “ilhas de produção acadêmicas” em meio ao oceano do conhecimento acadêmico, sendo as ilhas, um lugar seguro e próprio, sem vizinhos inoportunos e indesejáveis, relativizadas em relação aos objetivos da CAPES e PNPG (2010). A elitização dos objetivos pode dificultar a ascensão dos programas distantes dos grandes centros industriais ou o êxodo dos pesquisadores para os grandes centros, deixando desamparada a população da região onde a sua formação foi realizada e que necessita de demanda específica que não aquela à que se propõem os objetivos do PNPG (2010) e inserção no mercado empresarial.

No momento do isolamento no “eu”, ou na sua individualidade, procuramos o “mesmo” e reificamos o “outro”, ou seja, a diferença. “A reificação vem caracterizada aí como a transformação do humano em coisa, não apenas mediante o olhar objetivante ou a imagem objetivada, mas através da gradativa perda da capacidade de reconhecer o humano como tal (TREVISAN e ROSSATTO, 2010)”. Qual é o impacto acadêmico desta postura dentro da formação e cultura da academia no Brasil? A disputa interna e o estranhamento, ou distanciamento entre os pares?

Mesmo se mudarmos as concepções radicalmente, teremos ainda o efeito da *resiliência* produtivista, ou seja, o que foi introduzido em nossa cultura de publicação, em nossos padrões de produção acadêmica, como o foco de atendimento ao mercado, refletindo na forma de pensar e produzir o conhecimento acadêmico.

Há também outro motivo: sendo o conhecer uma faculdade de espécie e de âmbito determinados, sem uma determinação mais exata de sua natureza e de seus limites, há o risco de alcançar as nuvens do erro em lugar do céu da verdade (HEGEL, 1992, p.63).

A silenciosa luta econômica dos docentes-pesquisadores e das IES pelo “lucro acadêmico” é uma visão individualizada e economicamente performativa, como foi afirmado anteriormente, que impede o crescimento institucional e da própria pesquisa na Pós-Graduação do Brasil, como um todo, aprisionando os objetivos e resultados às demandas específicas de desenvolvimento econômico. Os programas mais bem avaliados tem maior facilidade de se manter melhor conceituados em detrimento daqueles desbravadores da academia que “começaram do zero” as suas pesquisas e projetos, em regiões que não têm a característica da industrialização.

Se a motivação das pesquisas é a obtenção palpável de um produto acadêmico como resultado, processo ou técnica, as áreas técnicas sempre terão a preferência de investimentos porque a pesquisa na academia está voltada para o conhecimento instrumental tecnológico, ou seja, visando o atendimento das demandas da iniciativa privada e a formação de mão de obra especializada para o mundo do trabalho, conseqüentemente em regiões desenvolvidas industrialmente ou no exterior.

Seremos dominados pela intenção do produto acadêmico como resultado individual e pessoal, financiado pelo coletivo, o social? A visão sistêmica e tecnicista de produção pode ser a reificação do social, do coletivo, por parte da academia? A justificação para tanto, não seria um sistema de fomento e avaliação que permita a busca incessante de produtos, com poder de pressão nas partes ao mesmo tempo em que os subsidia? Poder de avaliação, decisão e fomento em um único ponto? Estamos somente formando produtos para empresas e mão de obra para a iniciativa privada dentro da academia? Ao mesmo tempo neste movimento, não estaremos nos auto-reificando?

Onde se poderia melhor exprimir o âmago de um escrito filosófico que em seus fins e resultados? E esses, como poderiam ser melhor conhecidos senão na sua diferença com a produção da época na mesma esfera? Todavia essa tarefa, quando pretende ser mais que o início do conhecimento, e valer por conhecimento efetivo, deve ser contada entre as invenções que servem para dar voltas ao redor da Coisa mesma, combinando a aparência de seriedade e de esforço com a carência efetiva de ambos (HEGEL, 1992, p.22).

Para finalizar este texto deixamos este questionamento: Os programas mais conceituados no ranking de avaliação CAPES, são os mais qualificados realmente, ou os que mais se adequaram a este modelo de busca incessante por resultado acadêmico produtivista-útil?

4- Aspectos Conclusivos

Entendemos que o processo de produção e competição acadêmica, que proporciona o sistema CAPES de avaliação, conjuntamente com os objetivos do PNPG (2010) é reproduzido entre as IES e conseqüentemente, internamente nos Programas de Pós-Graduação, pelos pares, sendo o produto acadêmico *qualisado*, o sentido ou “resultado” aceito pelos avaliadores da pesquisa acadêmica nos órgãos reguladores, dentro desta visão produtivista econômica.

Ainda, temos como pesquisadores entender se este atual efetivo produto se adapta à exposição do mercado acadêmico ou empresarial das IES, com a busca de *royalties*, produtividade ou treinamento. Este tipo de produção acadêmica incentivada com a tendência de análise segundo o olhar técnico-instrumental, poderá não entender a significância, subjetividade e intencionalidade da formação do sujeito, que estão impregnados nos discursos dos autores das áreas de educação e filosofia.

A construção de uma visão acadêmica colaborativa em detrimento da competitiva pode levar a área de educação a sugerir uma nova concepção de produção e (trans)formação do ambiente acadêmico.

O resultado depende do processo. Aí está o mecanismo que entendemos como o verdadeiro sentido da pesquisa acadêmica, significada pelo olhar do sujeito através da educação e filosofia e do ser humano como um todo, e não somente na produção das coisas, objetos, produtos, ou resultado, que sem sua significância é “morto”.

No exemplo da representatividade dos produtos-resultados, sua funcionalidade, a condensação do conhecimento para fazê-lo, as interações das áreas, sua aplicabilidade, aí está a intencionalidade e o processo, e não somente o resultado da pesquisa acadêmica, mas sua essência completamente impregnada de significação e utilidade pelo ser humano em toda sua intenção, subjetividade, autonomia, autoconhecimento e auto-referencialidade.

Torna-se necessário a visão crítica com que a pesquisa na área da educação pode contribuir, contra os objetivos reduzidos do instrumentalismo tecnológico, convença de maneira contundente, que está na formação do sujeito em toda a sua intencionalidade, sua autonomia e subjetividade. Um desafio para o entendimento da sociedade em tempos tão determinados pela economia e políticas de estado.

5- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/MEC. **Plano Nacional de Pós-graduação (PNPG) 2011-2020**. Vol.1, Brasília, 2010.

DIAS, E. D.; RORATO, R. **O evolucionismo econômico na pós-graduação brasileira: uma análise a partir da ótica da educação**. *Avaliação (Campinas)*, vol.19, n.1, pp. 193-226, mar. 2014.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação ética e política em função da educação como direito público ou como mercadoria**. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 88, pp. 703-725, out. 2004.

HABERMAS, J. **Verdade e Justificação**: ensaios filosóficos. Trad. Milton Camargo Mota. São Paulo: Loyola, 2004.

HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do Espírito**. Tradução Paulo Menezes e Karl-Heinz Effen. Editora Vozes, Rio de Janeiro, 2. ed., 1992.

MACHADO, A. M. N.; BIANCHETTI, L. **(Des)fetichização do produtivismo acadêmico**: desafios para o trabalhador-pesquisador. *Revista de Administração de Empresa*. vol.51. n.3, São Paulo. Maio/Jun, 2011.

SCHUMPETER, J. A. **The Theory of Economic Development**. Cambridge: Harvard University Press, 1957.

TREVISAN, A. L.; ROSSATTO, N. L. **Reificação e Reconhecimento**: Reflexões para a pesquisa em educação. *Linhas Críticas*, Brasília, v.16, p.275-286, jul./dez. 2010.